

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	18/07/2018
Reunião:	3ª Reunião do Grupo de Trabalho Programa Pagamento por Serviços Ambientais – GT PSA
Grupo:	GT PSA
PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Silvia Marie Ikemoto	INEA
Jackson Leandro Moreira Gonçalves	FUPAC VRB
Vera Lúcia Teixeira	O Nosso Vale! A Nossa Vida
Paulo Henrique Pereira Reis	CEDAE
Elias Adriano	AJADES
Flávio Augusto Monteiro dos Santos	AGEVAP
Ana de Castro e Costa	AGEVAP
Thiago Valente	Fundação Grupo Boticário
Tipo:	Presencial
Local:	AGEVAP
RELATO DA REUNIÃO	
<p>Item 1 – Aprovação do registro das reuniões anteriores;</p> <p>A sra. Marie Ikemoto (INEA) iniciou a reunião questionando se os presentes estavam de acordo com os registros ou haviam considerações a fazer. O sr. Jackson Leandro (FUPAC VRB) se manifestou solicitando a alteração da nomenclatura da instituição que representa, sendo assim, sem mais manifestações, os registros foram aprovados.</p> <p>Foram incluídos como quarto item de pauta o “Programa de Pagamento por Serviços Ambientais” e, como quinto item a “Apresentação dos status Programa PSA Hídrico”.</p> <p>Item 2 – Apresentação do (I) levantamento de estudos de definição de áreas prioritárias para conservação e restauração florestal e proteção de mananciais na bacia do rio Paraíba do Sul e (II) Proposição das áreas prioritárias para o Programa PSA Hídrico do CEIVAP;</p> <p>O sr. Andrei Alves (Coordenador do SIGA-CEIVAP) fez uma breve apresentação referente ao levantamento de estudos de definição de áreas prioritárias para conservação e restauração florestal e proteção de mananciais na bacia do rio Paraíba do Sul, mostrou quais foram os dados avaliados para cada um dos três estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em cada um dos dados avaliados dissertou brevemente sobre a escala, ano de referência, conceitos, metodologias, áreas prioritárias. Ao final dissertou também sobre o parecer técnico dos Estados e, afirmou que em seu ponto de vista, não vale a pena contratar uma empresa para fazer o levantamento de dados, pois irão apenas coletar os mesmos dados de entrada e obterão o resultado praticamente igual.</p> <p>A sra. Marie Ikemoto (INEA) disse que é válido o CEIVAP encaminhar um ofício ao IGAM perguntando se há estudos e definições das áreas e solicitando os dados referentes aos pontos de captação, o recorte da área de abrangência das micro bacias e a validação da localização das áreas onde já existe o levantamento e, a partir da obtenção dos dados, fechar a base de dados e trabalhar de acordo com os mananciais estratégicos.</p>	

A sra. Ana de Castro (AGEVAP) apresentou brevemente a temática II, ressaltando que a proposta é que seja estabelecido um critério de hierarquização de proposta para contratação dos projetos em três linhas: Projetos de conservação e restauração florestal em áreas de interesse para proteção de mananciais; O Programa e projetos de Pagamento por Serviços Ambientais Hídrico; e Projetos de apoio a mecanismos e instrumentos de proteção ambiental e ordenamento territorial em áreas de interesse para proteção de mananciais. Ela falou ainda da dificuldade de enquadrar os projetos nesses critérios. O que está sendo proposto são as áreas prioritárias para restauração florestal com base em estudos e documentos técnicos dos órgãos gestores, cruzando esses dados com áreas prioritárias para abastecimento de mananciais da bacia drenante e que também sejam localizadas as áreas de preservação permanente. Finalizou dizendo que tudo está aberto a discussão.

Diante as apresentações o grupo discutiu sobre atualizar o programa levando em consideração a apresentação da temática I, definição dos critérios de seleção e, como isto é uma base para os futuros editais, para atualizar o Programa é essencial definir as áreas prioritárias do Programa.

. Definiu-se que o CEIVAP encaminhará uma carta IGAM solicitando a disponibilização de dados relativos aos mananciais de abastecimento público e das áreas prioritárias para proteção de mananciais. O CEIVAP solicitará formalmente informações acerca das iniciativas existentes de restauração florestal e PSA na bacia do rio Paraíba do Sul para os órgãos gestores dos estados de São Paulo (SMA e IF), Minas Gerais (IGAM, IEF) e Rio de Janeiro (INEA).

Item 3 – Apresentação de minuta de Deliberação CEIVAP que altera a nomenclatura do “GT PSA” para “GT Mananciais”, e altera as atribuições do Grupo, criando os subprogramas: (I) Projetos de conservação e restauração florestal em áreas de interesse para proteção de mananciais; (II) Pagamento por Serviços Ambientais Hídrico; e (III) Apoio a mecanismos de proteção ambiental e ordenamento territorial em áreas de interesse para proteção mananciais; e

A Deliberação foi revisada e será encaminhada com as alterações a Diretoria Colegiada do CEIVAP para que seja apreciada na próxima Plenária do Comitê.

Item 4 – Programa Pagamento por Serviços ambientais;

O grupo discutiu sobre a temática, repassou a estrutura atual do documento e definiram que o manual do programa PSA Hídrico deverá ser revisado, considerando a ampliação e alteração do programa para Proteção e Recuperação de Mananciais, e que esta atividade será desenvolvida ao longo de 2018, dividindo os blocos de revisão por reuniã, visando ter um foco detalhado para cada grupo de tópicos do documento.

Item 5 – Apresentação do status do Programa PSA Hídrico; e

A sra. Ana de Castro (AGEVAP) disse que há quatro projetos caminhando e outros que estão em processo de negociação. Afirmou que estão também em processo de finalização do TdR para a contratação de uma gerenciadora, o que falta para a conclusão é fechar a equipe e gerenciamento, mas que em sua opinião, em março de 2019, a empresa será contratada. Ressaltou que no TdR há 6 ações específicas que a contratada deverá desenvolver, sendo elas, 1º Plano de Trabalho, 2º Acompanhamento Administrativo dos Projetos, 3º Visitas em Campo, 4º SIG (Banco de Dados desse Projeto), 5º Monitoramento das Áreas Restauradas de Acordo com o Protocolo do INEA e 6º Manual Técnico.

Próximas reuniões: 20 de setembro de 2018, 7 de novembro de 2018 e 5 de dezembro de 2018.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) pediu para compartilhar TdR da gerenciadora para o Grupo, a fim de que todos tenham uma dimensão dos custos e de como está sendo equacionado, visto que será discutido o planejamento estratégico.

Apresentação do sr. Thiago Valente (Fundação Grupo Boticário) referente ao programa de aceleração que alavanca projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais e que podem adquirir um viés mais empreendedor. Ele explicou a lógica de funcionamento do programa e sugeriu, se possível, fazer uma oficina de trabalho nas próximas reuniões. A intenção é que o programa seja adaptado a múltiplas realidades e que em 2019 seja mais estruturado.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) pediu para compartilhar a apresentação com o GT. Ela disse que na fase inicial será um momento de discussão sobre conceitos, diretrizes, ações contratadas e a parte da governança pode ajudar a mapear e, em seguida, pediu ao sr. Thiago Valente para levar propostas de dinâmicas para a próxima reunião e proposta de textos do que estará incluído no programa. Perguntou quem se dispõe a colaborar na elaboração de uma Minuta do texto acerca do programa.

O Sr. Thiago Valente (Fundação Grupo Boticário) e os Srs. Ana Costa e Flávio Monteiro (AGEVAP) se dispuseram a ajudar.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) sugeriu fazer reuniões via Skype para escrever a Minuta até a próxima reunião do GT, com os que se disponibilizaram a colaborar. Depois, enviar ao grupo no dia 3 de setembro. O Grupo devolve com as contribuições até o dia 14 de setembro e até o dia 17 serão compiladas as sugestões.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) fez uma apresentação sobre o projeto da Nascente do Paraitinga. Falou que existe uma propriedade privada cujos proprietários têm interesse em manter a propriedade, fazer algum projeto e fomentar RPPN. A área está bastante degradada, possui estradas mal planejadas e alguns problemas quanto a dominialidade da área. A ideia do projeto é contratar uma empresa que faça consolidação dos limites da propriedade, trabalhar a aceitação do vizinho quanto aos limites, pois faz parte do documento necessário para pedido de RPPN. Depois do registro e de estruturação, a segunda fase é de ações como levantamento de faunas e floras, dos fragmentos que existem lá, fazer marcação de árvores de matrizes para depois fazer plantio de pomar de sementes para dar sustentabilidade econômica para a propriedade e gerar ecoturismo. Ele explicou que a propriedade está dentro das áreas prioritárias de restauração de São Paulo. A ideia era de apresentar ao CEIVAP para ver se ele tem interesse em, ao menos, iniciar a estruturação da RPPN e procurar parceiros para viabilizar essas etapas.

A sra. Vera Teixeira pediu para acrescentar os nomes dos CBHs Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (BPSI) e Médio Paraíba do Sul (MPS) no Projeto porque eles ajudaram na articulação e apoiaram a sua formulação, realizando visitas técnicas e participando de reuniões com os proprietários da RPPN.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) questionou se a RPPN está inserida nas áreas prioritárias identificadas nos estudos desenvolvidos pela SMA-SP para a UGRHI Paraíba do Sul. O Sr. Flávio Monteiro confirmou que a área está inserida em área prioritária e de interesse para proteção de manancial de abastecimento público.

A sra. Marie Ikemoto informou que no Estado do Rio de Janeiro há projeto que custeia e apoia a criação de RPPNs. Perguntou se o Estado de São Paulo também há políticas de incentivo a criação de RPPN, e antes de submeter um apoio para isso, checar se já existem outras iniciativas que podem financiar essa etapa, verificando a necessidade real de investimento e financiamento pelo CEIVAP.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que irá checar se existe no estado de São Paulo e que esse projeto poderia servir de espelho para a nossa área, já que ainda não há nenhum projeto de recuperação de nascente que sirva de vitrine.

O sr. Thiago Valente (Fundação O Boticário) disse que a Fundação tem uma linha específica de apoio ao projeto de criação de RPPN e que o fato dos proprietários quererem já é um incentivo. Ele disse que o ICMBio pode ter interesse, visto que está localizado próximo ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, em ter essa reserva dentro da sua área.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que esse projeto está dentro da Escola de Projetos do CEIVAP e a proposta é que a Escola formule o projeto e viabilize a execução do mesmo com outros parceiros e incluir os proprietários no projeto.

O sr. André Marques (AGEVAP) disse que a ideia é procurar parceiros. Disse que haverá uma reunião em São Paulo e que pode ver se o Estado de São Paulo possui política de incentivo como o Rio de Janeiro, conforme citou a sra. Marie. Informou que a apresentação do projeto será incluída na pauta da próxima reunião de plenária do CEIVAP.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que foi feita uma estimativa de três milhões de desembolso para o projeto, mas que ainda não se sabe quanto será utilizado, quanto será do CEIVAP. Foi feito apenas por ordem de grandeza.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) pediu para a Escola de Projetos do CEIVAP enviar o projeto para o GT PSA analisar e realizar contribuições e considerações para a próxima reunião do GT, no dia 20 setembro.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) solicitou que na próxima reunião de Plenária do CEIVAP, ao ser apresentada a proposta de alteração da resolução do GT, que seja apresentada incluída uma breve apresentação sobre o resumo do trabalho desenvolvido no GT PSA até o presente momento.

Item 6 – Assuntos Gerais.

A sra. Vera Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) disse que os alunos do ProfÁgua visitaram a área de plantio da Crescente Fértil, no rio Sesmaria em Resende, e mencionaram sobre o uso de herbicida no local. Ela respondeu que levaria as críticas ao GT sobre os produtos utilizados na área próxima à nascente.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) disse que não há proibição ou vedação do uso de herbicida para controle das gramíneas em projetos de restauração florestal no Estado. Nas obrigações de restauração florestal monitoradas e avaliadas pelo INEA, o uso do herbicida deve ser apontado e devidamente especificado no projeto executivo de restauração.

A sra. Ana Costa (AGEVAP) respondeu que a Vale Verde foi a primeira empresa a fazer o plantio e a utilizar o herbicida. Ela contou que na época procurou na legislação dos três estados e ligou para o IBAMA e encontrou apenas restrição para áreas federais e para estaduais não encontrou nenhuma proibição. Ficou a critério da empresa o método que ela iria utilizar. O que existe é um regulamento dizendo que para utilização é necessário preencher um protocolo especificando o número de série do produto, condições e algumas outras informações

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) falou que, normalmente, essa autorização é solicitada ao município e o Matheus, responsável na área, disse que o município não tinha proibição a respeito.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) informou que o INEA, está executando um projeto de restauração de 32 hectares na bacia do rio Bananal (Barra Mansa), a partir de uma obrigação de reposição florestal da CSN, e que 11 proprietários aderiram ao projeto sem o PSA. Informou que caberia avaliação de convergência ou não desses proprietários com o Programa PSA Hídrico, uma vez que se trata da mesma área de atuação.

ENCAMINHAMENTOS:

- A AGEVAP irá enviar o Projeto RPPN Nascente do Rio Paraitinga para o GT. O projeto entrará na pauta da próxima reunião, dia 20 de setembro, para discussão. Posteriormente, será apresentado na plenária do CEIVAP.
- Será encaminhado à Diretoria do CEIVAP uma carta enviando a Deliberação revisada relativa ao GT PSA e um breve resumo dos encaminhamentos do GT para serem validados durante a reunião do Comitê, em outubro. Nos encaminhamentos constam solicitação de envio de carta ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) sobre a disponibilização de dados relativos aos principais mananciais de abastecimento público. Além disso, com o intuito de obter informações atualizadas e precisas sobre iniciativas de restauração florestal em andamento na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul foi apontada a importância de envio de cartas ao Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Instituto Estadual de Florestas de MG (IEF), Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (SMA) e Instituto Florestal de SP (IF).

Início:	13h45	Encerramento	16h55
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		